

As questões de números 01 a 04 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

As raízes do caráter nacional

Parece possível distinguir duas tendências fundamentais na reação ao grupo estranho: uma de admiração e aceitação, outra de desprezo e recusa.

Aparentemente, quase todos os seres humanos apresentam essas duas tendências fundamentais. A participação em nosso grupo provoca sentimentos de segurança e bem-estar, pois supomos entender que os que falam a nossa língua têm um passado em comum conosco, e também sabemos o que esperar de nós. Mesmo quando nos desentendemos, sabemos por que isso ocorre, podemos esperar que nosso interlocutor acabe por nos entender e aceitar. E nisso talvez a linguagem desempenhe um papel fundamental, pois os homens geralmente são incapazes de utilizar perfeitamente mais de uma língua, e só naquela aprendida na infância somos capazes de exprimir todas as sutilezas do pensamento, todas as formas de ódio e amor. Além disso, o local em que nascemos e crescemos, a paisagem que conhecemos, tudo isso parece constituir um universo próximo e amigo, cujo reencontro é sempre uma alegria e uma consolação.

No outro extremo, o estrangeiro provoca a nossa desconfiança, às vezes o nosso medo. Nem sempre entendemos os seus gestos e certamente não compreendemos a sua língua. Ele não se veste como nós, a sua fisionomia pode ser diferente da nossa e não adora nossos deuses. Entre os primitivos, o estrangeiro passava por uma complexa cerimônia, destinada a afastar os malefícios que trouxesse de seus demônios; ao voltar de uma viagem, as pessoas deveriam permanecer isoladas por algum tempo, até que delas se afastassem os demônios estranhos, acaso encontrados pelo caminho.

E, no entanto, sentimos que o contrário também é verdade. Frequentemente sonhamos com o país distante, a terra prometida onde possamos realizar nossos desejos. Sentimos que aqueles que mais nos conhecem são também capazes de ignorar o que de melhor trazemos conosco. E o provérbio: "ninguém é profeta em sua terra" traduz precisamente essa idéia de que não podemos compreender integralmente quem está muito próximo de nós. As situações novas, além disso, são atraentes e provocantes: o novo ou desconhecido parece, pelo menos durante algum tempo, mais belo e atraente do que o velho; os nossos olhos parecem mais penetrantes ao observar a nova paisagem, ao admirar outras figuras humanas.

(LEITE, Dante Moreira. In: *O caráter nacional brasileiro*. 3. Ed. São Paulo, Pioneira, 1976. p. 11.)

01. Infere-se do texto que:

- (A) a função da linguagem predominante no texto é a conativa.
- (B) trata-se de um texto descritivo com elementos de descrição subjetiva.
- (C) os homens não são capazes de utilizar perfeitamente mais de uma língua, pois só na língua materna é que conseguimos expressar todas as sutilezas do pensamento.
- (D) todas as culturas humanas se assemelham por oferecerem conjuntos de respostas sistematizadas aos problemas universais da existência humana.

02. Os termos **pois**, **quando**, **como**, **no entanto** estabelecem no texto relações, respectivamente, de:

- (A) conclusão, proporção, conformidade, distanciamento
- (B) explicação, tempo, causa, oposição
- (C) conclusão, consequência, conformidade, objeção
- (D) explicação, tempo, comparação, oposição

03. Assinale a alternativa que registra a palavra que tem o sufixo formador de advérbio.

- (A) fundamentais
- (B) penetrantes
- (C) frequentemente
- (D) sentimentos

04. Assinale a alternativa que traduz a mesma idéia do provérbio já citado no texto.

- (A) "A gato pintado não se confia a guarda do assado."
- (B) "Santo de casa não faz milagre."
- (C) "Em terra onde não há carne, urubu é frango."
- (D) "Quem conta com a panela alheia, arrisca-se a ficar sem ceia."

05. Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas:

- I. Percebe-se que ele ainda é meio, pois não tem prática de comércio. (incipiente / insipiente)
- II. A proposta foi, pois continha erros gritantes. (ratificada / retificada)
- III. Devemos uma quantia ao banco. (vultosa / vultuosa)
- IV. A nuvem de gafanhotos a plantação. (infestou / enfestou)
 - (A) insipiente _ ratificada _ vultuosa _ enfestou
 - (B) insipiente _ retificada _ vultuosa _ infestou
 - (C) incipiente _ retificada _ vultosa _ infestou
 - (D) incipiente _ ratificada _ vultosa _ infestou

06. Assinale a alternativa que indica a função sintática exercida pelas orações destacadas, nos seguintes períodos:

- I. "Acontece que não sei mais amar."
- II. "O importante é que a nossa emoção sobreviva."
- III. "Já conheço os passos dessa estrada"
- IV. Sei que não vai dar em nada..."
 - (A) objeto direto – sujeito – predicativo do sujeito
 - (B) predicativo do sujeito – complemento nominal – sujeito
 - (C) objeto indireto – objeto direto – sujeito
 - (D) sujeito – predicativo do sujeito – objeto direto

As questões de números 07 a 10 referem-se ao poema que segue.

Soneto de Fidelidade

De tudo, ao meu amor serei atento
Antes, e como tal zelo, e sempre, e tanto,
Que mesmo em face do maior encanto
Dele se encante mais meu pensamento.

Quero vivê-lo em cada vão momento
E em seu louvor hei de espalhar meu canto
E rir meu riso e derramar meu pranto
Ao seu pesar ou seu contentamento.

E assim, quando mais tarde me procure
Quem sabe a morte, angústia de quem vive
Quem sabe a solidão, fim de quem ama.

Eu possa me dizer do amor (que tive):
Que não seja imortal, posto que é chama
Mas que seja infinito enquanto dure.

(MORAES, Vinícius de. *Antologia Poética*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987. p. 77.)

07. Com base no poema "Soneto de fidelidade", assinale a única com raciocínio incoerente.

- (A) composição poética de quatorze versos, divididos em dois quartetos e dois tercetos.
- (B) o eu lírico está centrado na sua realidade interior, e o seu objetivo é mostrar-nos essa realidade.
- (C) é uma mensagem unívoca e conotativa, já que permite mais de uma interpretação.
- (D) a função poética da linguagem se faz presente, visto que a intenção do emissor está voltada para a própria mensagem.

08. Considere as seguintes afirmações:

- I. Na primeira estrofe, o amor está relacionado mais à razão que ao sentimento
- II. O zelo do eu lírico desdobra-se, na segunda estrofe.
- III. A imagem da chama é utilizada pelo autor para exprimir a infinitude do amor.

Está de acordo com o poema o que se afirma em:

- (A) I e III
- (B) I e II
- (C) II e III
- (D) I, II e III

09. A palavra **que** do terceiro verso da primeira estrofe tem valor:

- (A) consecutivo
- (B) final
- (C) causal
- (D) temporal

10. Assinale a alternativa que contiver uma análise verdadeira, no tocante às figuras de linguagem:

- (A) "...Antes, e com tal zelo, e sempre, e tanto..." (assíndeto)
- (B) "...E rir meu riso..." (hipérbole)
- (C) "...Que não seja imortal, posto que é chama Mas que seja infinito enquanto dure". (paradoxo)
- (D) "...Ao seu pesar ou seu contentamento". (pleonismo)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Tratando-se de empresas em consórcio no procedimento de licitação, não é correto afirmar que:
- (A) Deve ser apresentada, na fase de habilitação, comprovação do compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
 - (B) Existe responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na licitação quanto na execução contratual;
 - (C) A empresa consorciada pode, na mesma licitação, participar isoladamente do certame;
 - (D) Deve haver a indicação da empresa responsável pelo consórcio, que atenderá às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital.
12. De acordo com previsão expressa contida na Lei 8666/93, é cabível inexigibilidade de licitação, e não sua dispensa, para a contratação de serviço:
- (A) De pequeno valor, até 10% do limite para convite;
 - (B) De profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada;
 - (C) Quando não acudirem interessados à licitação anterior que não possa ser repetida;
 - (D) Quando houver comprometimento da segurança nacional.
13. Em razão da observância ao princípio da publicidade, conforme previsão expressa na Lei 8666/93, os contratos administrativos devem ser publicados:
- (A) Resumidamente, no órgão da imprensa oficial;
 - (B) Integralmente, no órgão da imprensa oficial;
 - (C) Integralmente, no boletim interno do órgão respectivo;
 - (D) Resumidamente, na imprensa oficial e, integralmente, no boletim interno do órgão respectivo.
14. Em relação à licitação, é correto afirmar que:
- (A) Configura-se como hipótese de dispensa de licitação a celebração do contrato de gestão entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social;
 - (B) As hipóteses de inexigibilidade de licitação estão exaustivamente arroladas no art. 25 da Lei 8666/93;
 - (C) A lei federal sobre licitação admite exclusivamente os seguintes tipos de licitação: menor preço, melhor técnica e técnica e preço;
 - (D) O julgamento do concurso, modalidade de licitação, pode ser realizado por comissão composta, sem a participação do servidor público.
15. Assinale a assertiva correta.
- (A) No sistema constitucional brasileiro, a estabilidade do servidor público somente pode ser afastada em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo no qual se assegure ao servidor a ampla defesa.
 - (B) Em caso de extinção do cargo, o servidor estável será colocado em disponibilidade com proventos integrais.
 - (C) A Constituição brasileira não admite as formas derivadas de provimento de cargo público.
 - (D) A lei pode estabelecer limites para as pensões por morte diferentes daqueles existentes para os próprios vencimentos ou remuneração.
16. Assinale a alternativa correta.
- (A) Segundo a jurisprudência assente do Supremo Tribunal Federal, a interceptação telefônica somente poderá efetivar-se mediante autorização da autoridade judicial, nos casos expressamente previstos em lei.
 - (B) Os direitos sociais são considerados direitos de conteúdo meramente programático.
 - (C) A prova obtida de forma ilícita poderá ser utilizada em qualquer outro processo, vedada a sua utilização naquele para o qual foi originariamente produzida.
 - (D) O princípio constitucional que assegura a ampla defesa e contraditório não permite que se realize o interrogatório do indiciado perante a autoridade policial na ausência do advogado.
17. Em função da submissão da Administração ao princípio da legalidade, pode-se dizer que:
- (A) o Executivo não pode expedir normas que dêem operatividade a uma lei.
 - (B) todo regulamento de Chefe do Executivo é ato inferior, subordinado, e depende de lei.
 - (C) a competência regulamentar do Chefe do Poder Executivo aplica-se quando houver omissão da lei a respeito de algum assunto.
 - (D) seus regulamentos podem impor restrições à ordem privada, desde que medida provisória posterior assim o determine.
18. Uma pessoa jurídica teve um financiamento bancário negado pelo Banco do Brasil sob o argumento de que seu nome estaria registrado no Serviço de Proteção ao Crédito, com empresa devedora. Como se tratava de erro, a empresa deverá:
- (A) ajuizar ação de reparação de danos contra o Serviço de Proteção ao Crédito, visto ser este uma pessoa jurídica de direito privado e Habeas Data só pode ser impetrado contra pessoa jurídica de direito público.
 - (B) impetrar apenas Mandado de Segurança, porque pessoa jurídica não tem legitimidade para ajuizar Habeas Data.
 - (C) apresentar requerimento de informações à entidade depositária do seu registro, pedir a retificação dos dados inexatos e, se não obtiver êxito, ajuizar pedido de Habeas Data perante o Judiciário.
 - (D) ajuizar Habeas Data contra o Banco do Brasil, visto ser esta entidade estatal (sociedade de economia mista).
19. Assinale a opção correta.
- (A) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o princípio da proporcionalidade tem sua sede material na disposição constitucional que determina a observância do devido processo legal.
 - (B) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não se pode cogitar, em qualquer hipótese, de renúncia de direito fundamental no ordenamento constitucional brasileiro.
 - (C) No caso de colisão entre direitos fundamentais, deve o intérprete identificar o direito ou a garantia hierarquicamente superior a fim de resolver o conflito.
 - (D) Não há limite constitucional expresso ou implícito para as chamadas reservas legais simples.
20. É admissível recurso de revista, calcado em:
- (A) Violação de lei estadual ou municipal
 - (B) Violação de cláusula de sentença normativa
 - (C) Divergência jurisprudencial quanto à exegese de cláusula de sentença normativa de aplicação ao âmbito jurisdicional de um único Tribunal Regional do Trabalho - TRT
 - (D) Divergência na interpretação de norma regulamentar empresarial de aplicação em todo o território nacional
21. A contratada como prestadora de serviços para o fornecimento de mão-de-obra é:
- (A) empregador por equiparação legal;
 - (B) empregador porque assume os riscos da atividade econômica;
 - (C) solidariamente responsável, à empresa contratante para os efeitos da relação de emprego;
 - (D) empregador porque é o beneficiário direto da prestação de trabalho.
22. O prazo legal para a instauração de inquérito para apuração de falta grave de empregado estável é de:
- (A) 15 dias a contar da suspensão do empregado.
 - (B) 30 dias a contar da falta grave cometida.
 - (C) 48 horas a contar da falta grave cometida.
 - (D) 30 dias a contar da suspensão do empregado.
23. "A" propõe reclamação trabalhista em face de "B", postulando seja reconhecido suposto vínculo de emprego mantido entre as partes. Diante destes fatos, pode-se afirmar que caso "B":
- (A) apresente defesa admitindo a existência de uma relação jurídica com "A", todavia, de natureza diversa daquela pretendida pelo autor, ainda assim o ônus da prova compete a "A".
 - (B) apresente defesa alegando a inexistência de qualquer relação jurídica com "A", atraindo para si o ônus da prova.
 - (C) apresente defesa afirmando a inexistência de qualquer relação jurídica com "A", ainda assim o ônus da prova pertence a ambos.
 - (D) admita em sua defesa ter existido entre as partes uma relação jurídica, todavia, sustentando ter sido este liame de natureza civil, atraindo para si o ônus da prova, conforme preceitua o artigo 818 da CLT.

24. Ao instituir Comissões de Conciliação Prévia a lei brasileira fixa a seguinte diretriz:
- (A) As empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar a conciliação e a arbitragem dos conflitos individuais de trabalho;
 - (B) A Comissão, instituída no âmbito da empresa, será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros;
 - (C) É vedada a dispensa dos membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos lei;
 - (D) Qualquer demanda de natureza trabalhista de obrigação de pagar será submetida à Comissão de Conciliação Prévia se, na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria.
25. Em relação ao preparo dos recursos, de acordo com o que estabelece a lei, pode-se afirmar que: (marque a correta)
- (A) a comprovação do depósito da condenação terá que ser feita dentro do prazo para a interposição do recurso, pena de ser este considerado deserto.
 - (B) a comprovação do depósito da condenação terá que ser feita dentro do prazo de até cinco dias após a interposição do recurso, pena de ser este considerado deserto.
 - (C) a comprovação do depósito da condenação terá que ser feita dentro do prazo para as contra-razões, pena de ser o recurso considerado deserto.
 - (D) a comprovação do depósito da condenação terá que ser feita dentro do prazo máximo de quarenta e oito horas após a interposição do recurso, pena de ser este considerado deserto.
26. A proteção preventiva da posse ante a ameaça de turbação ou esbulho, opera-se mediante:
- (A) ação de força nova espoliativa
 - (B) ação de dano infecto
 - (C) ação de imissão de posse
 - (D) interdito proibitório
27. Se ausentes do Brasil, em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios, retornarem ao país, a prescrição que, contra eles não corria, volta a correr, computando-se o tempo decorrido antes de sua ausência, porque tal ausência era:
- (A) Causa interruptiva da prescrição
 - (B) Caso de prescrição ordinária interrompida
 - (C) Causa suspensiva da prescrição
 - (D) Causa impeditiva da prescrição
28. A cláusula penal só pode ser reduzida pelo juiz quando o valor de sua cominação exceder ao do contrato principal e quando houver cumprimento parcial da obrigação, em razão de seu caráter específico de:
- (A) Condicionabilidade
 - (B) Compulsoriedade
 - (C) Subsidiariedade
 - (D) Imutabilidade relativa
29. Não ocorre a prescrição nas seguintes hipóteses:
- (A) cônjuges, ainda que divorciados, contra os que se acharem servindo no exército nacional, em favor do mandante, contra o mandatário.
 - (B) entre cônjuges, apenas na constância do matrimônio; contra os ausentes do Brasil, quando em serviço público; e se pendente ação de evicção.
 - (C) tutelado e tutor, enquanto durar a tutela, contra os silvícolas, se pendente ação declaratória negativa ou constitutiva de direitos.
 - (D) ascendentes e descendentes, entre o credor pignoratício e o depositante, contra os incapazes, sejam eles de forma absoluta ou relativa.
30. Caio, empregado aposentado de determinada sociedade de economia mista, promoveu ação contra a referida empresa, objetivando a complementação de sua aposentadoria, com fundamento em lei editada antes de seu ingresso na empresa. A ré, regularmente citada, deixou transcorrer *in albis* o prazo para contestação. Neste caso, sabendo-se que a matéria é exclusivamente de direito, é correto afirmar que os efeitos da revelia são:
- (A) relevantes, porque há presunção de verdade em relação ao pedido.
 - (B) irrelevantes, porque a ré se equipara à Fazenda Pública.
 - (C) irrelevantes, por ser a matéria exclusivamente de direito.
 - (D) irrelevantes, por ser a ré pessoa jurídica de direito público
31. Quando a Fazenda Pública for Ré, no rito sumário, os prazos para defesa contar-se-ão:
- (A) Em dobro;
 - (B) Em quádruplo;
 - (C) Em décuplo;
 - (D) Nenhum prazo.
32. Assinale a alternativa correta, quanto à antecipação de tutela prevista no Código de Processo Civil:
- (A) Ao contrário do que ocorre com as medidas cautelares, as medidas antecipatórias não podem ser revogadas a qualquer tempo;
 - (B) A tutela antecipatória pode ser requerida a qualquer tempo, tão logo se verificarem seus pressupostos, mesmo antes da citação ou após a sentença, na fase recursal e mesmo no curso da ação de execução, na pendência de embargos suspensivos;
 - (C) A decisão que antecipa tutela contra pessoa jurídica de direito público poderá ter sua execução suspensa pelo presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, desde que presentes dois requisitos: o "fumus boni juris" e o "periculum in mora";
 - (D) O pedido de antecipação de tutela, quando houver perigo de irreversibilidade do provimento a ser antecipado, será concedido mediante caução, real ou fidejussória, para garantia de eventual prejuízo sofrido pelo réu.